

A HERMENÊUTICA DO VAZIO: FRONTEIRA, REGIÃO E BRASILEIRIDADE NA VIAGEM DO GOVERNADOR AO OESTE DE SANTA CATARINA

Maria Bernardete Ramos Flores*
Élio Cantalício Serpa**

Resumo

A viagem do Governador Adolfo Konder, em 1929, ao oeste de Santa Catarina, funciona duplamente neste artigo. Insere-se na compreensão da construção da brasilidade no papel de configuradora de fronteiras raciais e espaciais. O simbolismo da viagem oficial funciona ainda como discurso performático para legitimar o reconhecimento do poder emanado do centro político-administrativo. O paradoxo entre construir uma identidade brasileira e implantar a civilização no oeste catarinense, com o povoamento de origem européia, requereu empreendimentos levados a cabo por personagem investida da mais alta autoridade do estado. Este paradoxo não resolvido, passou para a historiografia, na procura da identidade catarinense, para dar aos brasileiros a sua parcela de brasilidade.

Palavras-chave

Espaço; identidade; fronteiras; nação; região; raça/etnia.

Abstract

Governor Adolfo Konder's trip to the west of Santa Catarina State, in 1929, has a twofold function in this article. It is inserted in the understanding of the construction of Brazilianity as a configurator of racial and spatial frontiers. The symbolism of the official visit also functions as a performing discourse to legitimise the recognition of the power that emanates from the political-administrative centre. The paradox between constructing a Brazilian identity and implementing civilisation in the west of Santa Catarina State, with a population of European origins, required enterprises executed by a person invested with the highest authority in the State. This unresolved paradox was registered in historiography in the search for the "catarinense" identity, to provide Brazilians with their portion of Brazilianity.

Key-words: Space; identity; frontiers; nation; region; race.

* Doutora em História – PUC-SP, professora do Departamento de História da UFSC.

** Doutor em História – USP, professor do Departamento de História da UFSC.

Às vésperas da Revolução de 30, entre 24 de abril e 16 de maio de 1929, empreendeu, o governador de Santa Catarina, um périplo – “marcha arrojada e corajosa” – pelas áreas de fronteira, a oeste do estado, beirando divisas com o Rio Grande do Sul e atingindo os limites com a Argentina. No trajeto de volta, a *bandeira* percorreu a estrada *estratégica*, cortando terras, ora catarinenses, ora paranaenses.¹ Eram regiões que não se integravam completamente ao território brasileiro, situadas em terras contestadas, em meio às querelas sobre as questões de limites nacionais, entre Brasil e Argentina, e estaduais, entre Santa Catarina e Paraná. Para garantir a posse e a integração definitiva, o governo do estado de Santa Catarina implementava uma política de povoamento ou re-povoamento, que se arrastava desde fins do século XIX, com imigrantes de origem italiana e alemã, procedentes do Rio Grande do Sul. Afinal, a população descendente de índios, africanos e portugueses vivia do extrativismo e da agricultura de subsistência, contrastando com o ideal do Brasil de *vocação agrícola*. Preencher o *vazio demográfico* significava preencher o espaço com o progresso pautado numa cultura que fizesse frente à cultura dos antigos habitantes da região. Sobre as razões oficiais da viagem do governador Adolfo Konder, em 1929, afirmava-se que o objetivo era inteirar-se das necessidades da região, para integrá-la definitivamente “à comunidade catarinense, demonstrando aos vizinhos do Rio Grande do Sul, do Paraná e da Argentina a intenção do Estado de Santa Catarina de exercer a soberania sobre as terras do Oeste” (Athanázio, 1992, p. 12). Tinha, ainda, por intenção, como se lê no diário de Othon d’Éça, “apagar os últimos vestígios de velhos rancores, que fronteiras imprecisas e políticos inábeis haviam criado e mantido durante quase um século” (p. 12).

Pontuamos, assim, três razões da viagem do governador Adolfo Konder para o oeste de Santa Catarina, que se constituirão em eixos da discussão deste artigo. Havia a questão da fronteira nacional com a Argentina e da construção da brasilidade; a premência da ocupação do oeste catarinense como expansão do processo civilizador para o interior, não só do estado, como também do país; por último, um empenho em debelar as *causas* da guerra do Contestado, vencendo poderes locais, em torno dos quais gravitavam grupos conflitantes. Melhor dizendo, o que elencamos acima como

1 Cf. Relatos da viagem: O. G. D’Éça. *Aos espanhóis confinantes*. Florianópolis, FCC/EDUFSC, 1992. Edição comemorativa ao nascimento do escritor; J. A. Boiteux. *Oeste Catarinense: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira*. Florianópolis, Alberto Entres, 1931 (Conferência realizada no Centro Catharinense e na Sociedade de Geographia (Rio de Janeiro) e no Clube XII de Agosto (Florianópolis) 1929; A. F. Costa *Oeste catarinense: visões e sugestões de um excursionista*. Rio de Janeiro, Vilas Boas e Cia., 1931.

pontos a serem discutidos são apenas três facetas de uma única questão: a interiorização da brasilidade pela interiorização do país. Impunham-se eliminar os *vazios demográficos* e fazer com que as fronteiras econômicas, geográficas e culturais coincidissem com as fronteiras políticas.

Esta tripla questão gira em torno de uma, também tripla, urdidura epistemológica: a noção de região, a constituição imaginária da nação e a virtualidade da identidade, como criação.

A partir da leitura da obra de Pierre Bourdieu, inferimos a noção de que o território nacional é um ato levado a cabo por personagens investidas da mais alta autoridade. Não há como sustentar a existência de critérios capazes de fundar classificações *naturais* em regiões *naturais* separadas por fronteiras *naturais*. Na delimitação de fronteiras, a língua, o habitat, a realidade social, tanto quanto as classificações mais *naturais*, apóiam-se em traços que não têm nada de natural, sendo, em ampla medida, o produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior de relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima. A fronteira, este produto de um ato jurídico e diplomático de delimitação, tanto produz a diferença cultural quanto é por ela produzida. O discurso regionalista é, portanto, um *discurso performático* que visa impor como legítima uma nova definição de fronteiras, e fazer conhecer e reconhecer a *região* assim delimitada (1996, pp. 107-10).

A noção de região recortada pela ocupação étnica – no nosso caso, povo brasileiro *versus* povo argentino ou imigrantes alemães e italianos *versus* brasileiros –, na verdade, é um eufemismo que tomou o lugar da noção de raça. Na primeira metade do século XX, a construção do Brasil passava pelo critério da definição de povo. Relativizando os paradigmas dos intelectuais do século XIX que assentavam suas discussões em teses racistas, apoiadas na determinação biológica, na qual ser branco era fundamental, essas discussões vão tomando o rumo, no qual a questão da miscigenação toma forma, segundo a crença da possível *perfectibilidade* (Schwarcz, 1993), desaguando, no começo dos anos 1930, nas teses da democracia racial. Intelectuais, como Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Prado, investem na possibilidade de se identificar o *brasileiro*. A tipificação por critérios psicológicos ganha força. Sérgio Buarque defende o caráter cordial e Paulo Prado o homem triste. Com a redefinição do Estado Nacional, muda também a redefinição de identidade nacional. Trazer imigrantes brancos já não é tão necessário. O importante agora é nacionalizar, com ênfase na descendência portuguesa.

Em Santa Catarina, como no Brasil, a elite estava interessada no processo de branqueamento da população, não só pela cor da pele, mas também pela reformulação de formas de sociabilidades e condutas que pudessem conferir *status* de sociedade civilizada, pautada nos paradigmas europeus. No auge do nacionalismo, no Estado Novo de Vargas, o interventor do estado, Nereu Ramos, desencadeou um processo de homogeneização cultural, atingindo principalmente os alemães que, entre outras coisas, foram proibidos de usar o idioma de origem, mesmo na esfera privada, num esforço para constituir a brasilidade, do estado de Santa Catarina, brasilidade posta em dúvida, por conviver com o chamado *quisto alemão* do sul do Brasil.

A viagem do governador, pelo interior de Santa Catarina, em 1929, foi um acontecimento inédito. Era uma espécie de administração itinerante. Levava, em sua caravana, homens do governo, e ficou conhecida como a *bandeira do Konder*, com cerca de 30 integrantes, figuras de vários setores do estado, autoridades e auxiliares. Integrava a bandeira o historiador José Arthur Boiteux e o escritor romancista, professor e homem público, Othon Gama D'Eça. Esse escritor-narrador com suas notas, publicou, no mesmo ano, um romance em forma de diário de viagem, a que se deve a publicidade e a preservação, “em forma vívida e cativante, como não poderia fazer jamais os vetustos relatórios oficiais” (Athanasio, 1992, p. 11). O historiador José Arthur Boiteux, por sua vez, divulgou o empreendimento através de conferências no Centro Catarinense e na Sociedade de Geografia, no Rio de Janeiro, e no Clube XII de Agosto, em Florianópolis, dando publicidade, em espaços legítimos, ao ato simbólico acontecido naqueles recônditos catarinenses. O escritor Arthur Ferreira da Costa disse que a viagem do governador merecia mais que *fugazes chroniquetas de jornais* (p. 7).

Em *A invenção da sociedade*, Jacques Revel mostra como a política do espaço, a delimitação e a ocupação do território são fatos fundantes na constituição da soberania, da formação do sentimento nacional e da França moderna. A representação do espaço constitui símbolo privilegiado da identidade nacional. Adverte-nos o autor de que não se pode pensar a França, com a unidade territorial e com a representação espacial que nos são familiares, num ritmo em direção à unidade, como se esta já estivesse prometida há dois mil anos, o que corresponderia a uma concepção teleológica. “O território foi, é ainda, um símbolo forte, construído através de uma série de práticas e de representações que se inscrevem em durações diferentes, que obedecem a dinâmicas heterogêneas e, por vezes, contraditórias” (1989, p. 102). Não se pode negligenciar, portanto, os esforços do poder público nesta formação. Esforços que visam anexar, organizar, melhorar e uniformizar a gestão do território e compor sua representação car-

tográfica. O conhecimento do território é, indissociavelmente, uma produção do território. Daí o recurso às viagens dos soberanos franceses, ao inquérito e ao mapa (p. 109).

Pelo relato de viagem, na pena de Othon D'Eça, acompanha-se a caminhada, *lenta e penosa*, em lombo de burro, em velhos caminhões e automóveis ou a bordo de precárias lanchas. Em cada cidade, vila, lugarejo ou povoado, o governador era saudado, a comitiva era recebida com festas, discursos, banquetes, faixas, etc. As casas drapejavam bandeiras nacionais. O povo deixava as suas fazendas, os seus ranchos, as suas lidas nos campos ou nos ervais, e corria às estradas, às vilas cheias de folhagens, de arcos e de bandeiras, para aclamar o presidente no rumo da fronteira. Chegando em estações ferroviárias apinhadas de povo, o presidente ouvia discursos, abraçava um mundo de gente, ouvia o hino nacional, recebia flores de escolares, sempre com muitos "Viva o Brasil". Os encontros com os representantes do lugar, o sacerdote, o presidente da colônia, o líder local mais pareciam rituais de acolhida pela repetição dos mesmos gestos, dos mesmos discursos. À medida que a *bandeira* avançava, ia deixando sinais de sua passagem: marcas da civilização, da organização administrativa, da ordem pública na inauguração de escola, de praça, na promessa da construção de rodovia, na mudança de nomes de colônias, na nomeação de lugares topográficos.

A *bandeira de Konder*, num rito de passagem e de reconhecimento, performatizava a territorialidade, física, étnica, religiosa e política, da região oeste de Santa Catarina, definindo o contorno étnico brasileiro, das fronteiras com a Argentina, e o contorno regional estadual das fronteiras com Rio Grande do Sul e com Paraná. Era ainda a tentativa de integrar o interior com o litoral, onde se localiza a capital, fazendo reconhecer o centro administrativo e político do estado, em detrimento dos *mandonismos* locais. Ainda, as lembranças da Coluna Prestes, que havia passado pelo interior do estado, rumo à Argentina, firmavam para os homens do poder, a necessidade de conhecimento, controle administrativo e visibilidade, operando com a imagem de que o governador do estado existia e era para todos. Havia a compreensão, vigente à época, no Brasil, de que "o espaço físico unificado constituiria o lastro empírico sobre o qual os outros elementos constitutivos da Nação se apoiariam: a unidade étnica-cultural, a unidade econômica, política, o sentimento comum de ser brasileiro" (Lenharo, 1986, p. 57). Na concepção de Vargas a conquista da brasilidade dar-se-ia através da interiorização do país. Em 1939, dizia em São Paulo: "Caminhamos para a unidade, marchamos para o centro, não pela força de preconceitos doutrinários, mas pelo fatalismo de nossa definição racial" (apud Lenharo, 1986, p. 56). O verdadeiro sentido da brasi-

dade era a marcha para o Oeste, uma discursividade que desqualificava o litoral porque esse se tornou um espaço de estrangeirismo, desnacionalizador.

A questão do controle e da exploração do espaço adquiriu relevância, não só no sentido do simples estabelecimento de fronteiras físicas entre um estado e outro, ou entre um país e outro, mas, sobretudo, pela significação do domínio sobre a região. No oeste de Santa Catarina, onde acontecera, entre 1912 e 1916, a Guerra do Contestado. Para que o governo do estado estivesse subordinado à capital, o primeiro obstáculo a ser vencido seria o mandonismo local, associado ao oeste catarinense, o qual constituía-se em disputa no campo econômico e, principalmente, no campo político, como uma das causas da Guerra do Contestado. Além das disputas por cargos públicos, os chefes locais canalizavam para sua órbita a população local sujeita aos mandos e desmandos de seus patrões. Essa população, vista pelo governo do estado como pacata e ordeira, respeitadora da lei, poderia tornar-se inflável no uso que delas faziam os *mandões* em suas querelas políticas. Nas análises sobre a emergência da guerra do Contestado, a população cabocla aparecia como simpática aos *caudilhos*, os quais procuravam defender os interesses locais ou sustentar princípios que seus correligionários pregavam no Rio Grande do Sul ou no resto do país. O êxito de um projeto colonizador seria ínfimo com a presença destes mandatários locais (cf. Renk, 1990, p. 32).

Demerval Peixoto, militar que participou da Guerra do Contestado, compondo o 5º Regimento de Infantaria, preocupou-se em registrar suas impressões acerca do modo de vida e da guerra na chamada região do Contestado. Adotou o pseudônimo de Criveláro Marcial, e seu relato, intitulado *Campanha do Contestado*, foi republicado pela editora Farol do Saber, que o dividiu em três volumes: ao primeiro volume foi dado o título de *Raízes da rebeldia*, ao segundo, *O cerco e a retirada*, e ao terceiro, *A grande ofensiva*.

A exemplo do *Governador viajante*, Criveláro registra suas observações, com os olhos de quem tem que conhecer o espaço e, mais ainda, as relações que a partir dele e nele são estabelecidas. O objetivo é conhecer para perceber as diferenças e buscar estratégias de controle e de intervenção no modo de vida das pessoas, com a intenção de reformular práticas proscritas pela ótica dos que as enxergavam como atraso e ignorância. Olhar impregnado pelo discurso do progresso e da civilização.

Criveláro inicia seu texto com a questão dos limites entre os estados de Santa Catarina e Paraná. Sua intenção é demarcar e fixar uma memória dos limites territoriais da chamada região do Contestado. O rio torna-se um símbolo demarcatório.

Ao Norte, o Iguaçú sinuoso, com seu tributário, o Negro. Ao Oeste o Peperiguaçu e o Santo Antonio. Ao Sul os remansos caudalosos do Uruguai, depois da embocadura do Peixe e ao Leste estão os provisórios limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina. Eis o perímetro do Contestado. (Peixoto, 1995, p. 17)

O rio, como criação da natureza, adquire *status* de marco divisório das configurações espaciais, e, a partir desta compreensão das divisões territoriais, as divisões, os espaços de controle, de inclusão e de exclusão são naturalizadas, embora Criveláro tenha percebido que os limites do Leste “têm seu solo irrigado pelo sangue” (idem, p. 17).

Em seguida, o autor vai mostrando ao leitor a importância e o significado da região contestada “entregue aos despotismos locais, ao desvario de uma sorte inumerável de crimes mal apurados e ao desmando de caudilhos temíveis, homiziados, fora da alçada da justiça das cidades...”. E “...tais têm sido os propulsores morais das causas que levaram à rebeldia, como recurso de defesa, os sertanejos ignorantes e expoliados pelos prepotentes” (idem, p. 18).

Demerval Peixoto, como militar, integrante de um exército que se considerava o arauto da organização e da salvação nacional, identificava estas *anomalias sociais*, entendendo que somente o exército, pela ordem, disciplina e modernização que portava, seria capaz de debelar ou corrigir. Na sua narrativa, o leitor pode perceber a construção social e política do espaço onde

os Amazonas Marcondes, em União da Vitória, os Arthur de Paula, nas beiras do Iguaçú, os Fabrício Vieira de tradição afamada, os Juca Pimpão, em Palmas... os Thomas Vieira em Canoinhas, os Chiquinhos de Albuquerque, em Curitiba, os Henrique Rupp, em Campos Novos e outros da banda catarinense, emparelhando aqueles, são todos coronéis da roça, mandões políticos uns, e proprietários despóticos outros, em regra, preocupados com a dilatação de suas terras e com o crescimento complicado dos bandos de seus animais. (Idem, p. 19)

Assim, internamente, a região convivia com animosidades sustentadas pelas disputas entre os poderes locais, com seus mandos e áreas de influências. As relações de compadrios, entre coronéis e seus peões e agregados, ditavam a hierarquia social, o que representava a herança cultural do atraso a ser vencido dentro da antinomia civilização-barbárie. A solução estava na pacificação. “Vencer o caos, impor a ordem para fazer chegar o progresso”. A solução final viria com a colonização, cujo modelo dar-se-ia pelo assentamento de descendentes europeus, portadores do progresso e da civilização. Excluída deste ideal, ficava a população brasileira (cf. Renk, 1990, p. 32). As imagens

que aparecem nos relatos da viagem do governador é o do desejo de transformação do deserto num Édem, numa nova Canaã, com a participação da “inteligência e do braço do homem disposto a trabalhar”, representado pelos imigrantes, *os obreiros* da civilização. O perfil desses obreiros é o daqueles colonos nascidos no Rio Grande do Sul, descendentes de alemães e italianos, “toda uma gente forte e decidida, disposta ao trabalho, levando aqueles rincões, até a pouco incultos, por abandonados, à prosperidade e à riqueza” (Boiteux, 1992, p. 11).

Numa leitura profunda, podemos afirmar, portanto, que a caravana do governador aspergia a região de critérios *objetivos* para promover a integração ancorada à idéia de construção da identidade estadual e brasileira. Esta deveria ser configurada, não obstante o projeto de povoamento civilizador através do elemento de origem estrangeira: alemã e italiana. Ou seja, ao mesmo tempo em que a região era alvo de um projeto colonizador, com a ocupação da terra pelo homem de origem européia, migrado das *velhas colônias* do Rio Grande do Sul, *portador da índole* do trabalho, do progresso e da civilização, determinou-se, pelo governo do estado, conquistar esta gente para o projeto de brasilidade, que se anunciara com o nacionalismo da primeira metade do século XX, no Brasil.

Num contato direto com os políticos locais, com os diretores das colônias de povoamento, com o vigário, o governador, em sua passagem, dava-se a conhecer como autoridade máxima, um a um. Em Mondáí, “vila de sangue alemão que deixa uma bela e indelével impressão de tenacidade e cultura”, o presidente é recebido com uma faixa: “Mondáí saúda o dr. Konder com entusiasmo (...). Quando o alemão, Sr. Siebeneichler, soube que apertara a mão do presidente do estado, emudeceu, descobriu-se e ficou a olhar o dr. Adolfo num assombro que lhe escancarou a boca” (D’Eça, 1992, p. 75). Em Cascalho, quando o dr. Adolfo exclamou: “Colonizar não é vender terras!”, e acentuou a necessidade de se fixar o homem à gleba, houve aclamação e aplausos por toda a parte (idem, p. 47), firmando o projeto que preencheria o oeste com o ícone da civilização no interior: a exploração do solo de forma racional por aqueles que detinham a cultura agrícola, desbravando os sertões.

O que torna importante o exercício hermenêutico deste empreendimento do governador, com sua comitiva e seus *escribas*, é a compreensão de que a nação, bem como o sentimento que lhe dá cor e identidade, o nacionalismo, é um artefato cultural.

Benedict Anderson propõe como definição para nação a idéia de que ela é uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana. Ela é imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles,

embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão. Citando Ernest Gellner na obra *Thought and change*, Benedict Anderson afirma que “o nacionalismo não é o despertar das nações para a autoconsciência: ele inventa nações onde elas não existem” (Anderson, 1989, p. 14). A nação é imaginada como limitada, porque até mesmo a maior delas, que abarca talvez um bilhão de seres humanos, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais encontram-se outras nações. É imaginada como soberana, porque o conceito nasceu, divinamente instituído, numa época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico. É imaginada, finalmente, como comunidade porque, sem considerar a desigualdade e exploração que atualmente prevalecem em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal. Em última análise, essa fraternidade é que torna possível, no correr dos últimos dois séculos, que tantos milhões de pessoas, não só se mantenham, mas morram voluntariamente por imaginações tão limitadas (idem, pp. 15-6).

O périplo do governador era um canto à Pátria, mesmo antes do período mais aguçado de nacionalização do estado. Itapiranga, região de colônia alemã, na pena do narrador da viagem, proporcionou aos visitantes, *uma impressão das mais vigorosas*.

A recepção do presidente foi uma confortadora prova do sadio nacionalismo da sua população. Bandeiras nacionais nas mãos das crianças; bandeiras nacionais no tope das casas e, no ambiente luminoso, o rumor de um povo que deixara, por uns momentos, as lides da terra para vir aclamar o chefe do estado, que ia integrar uma porção querida de Santa Catarina aos destinos comuns da Pátria Brasileira. (D’Eça, 1992, p. 57)

Nas comemorações do 3 de maio,

Todos nós sentimos a beleza daquele momento. Ao fincar no chão o mastro em cuja ponta, linda, magnífica, gloriosa como ela sempre foi na paz e na guerra, drapejava a bandeira da Pátria, o presidente estava dominado por uma profunda empolgante emoção!

O seu *Viva o Brasil*, erguido no surto de um entusiasmo eletrizante, deu-nos a impressão de que tornara mais viva, mais querida, mais radiosa a luz do sol brasileiro que nos envolvia.

Cruzada pela fé profunda, pelo religioso civismo que nos aquece e anima; Bandeira pelo espírito de aventura, pela esplêndida brasilidade que nos atrai, sob o comando intrépido de V. Exa., através de um tumulto de dificuldades, a tomar posse definitivamente e absolutamente, de uma grande porção de Santa Catarina, em nome da Pátria! (D’Eça, 1992, p. 79).

A viagem do governador e as narrativas da viagem inseriram-se na construção da brasilidade e na forja do sentimento nacional. Não só, simbolicamente, mostraram ao Brasil o caráter brasileiro de um pedaço de terra mal amalgamada às fronteiras nacionais, como fizeram ver, ainda, aos habitantes desta terra de ninguém ou de muitos, composta por populações de origens diversas, a soberania do Estado e da Nação, que deve cobrir seus filhos com o manto sagrado do amor à Pátria.

O nacionalismo era um discurso recorrente nas primeiras décadas do século XX, especialmente entre os intelectuais brasileiros. Figuras de proa como Pedro Calmon, Capistrano de Abreu, Oliveira Viana, Olavo Bilac e paulistas *quatrocênios* degladiavam-se pela imprensa. Enquanto uns viravam-se contra a Alemanha, defendendo a ligação do Brasil com a França, outros pregavam a ligação do Brasil com a Europa sob a mediação dos Estados Unidos. Os integrantes da caravana de 1929 certamente tomaram contato com estas leituras, como também participaram de discussões na imprensa estadual. A Liga de Defesa Nacional havia sido criada, e, em São Paulo, foi criada a Liga Nacionalista responsável pela mobilização de intelectuais e outros à causa do nacionalismo.²

Os debates em torno do nacionalismo avançavam; a questão racial continuava presente, embora perdendo força a tese de Nina Rodrigues que afirmava o caráter de nossa *fraqueza biológica*. Por influência da antropologia cultural, houve uma mudança de retórica, e o termo *etnia* ganhou uso generalizado, reinventando a raça, relativizando a questão biológica, e enfatizando o caráter cultural (Martinez-Echazábel, 1996, pp. 109-10). Nesta perspectiva, à nação brasileira, era possível um processo de *perfectibilidade*, pela via da regeneração, o que significava curar um país doente, mobilizando recursos que tirassem os brasileiros do atraso, da miséria e da falta de civilidade. Nesse sentido, a preocupação com a saúde pública e com a educação, voltadas para o interior do Brasil, passou a ser o *mote* mobilizador das chamadas práticas higienistas e civilizadoras, tendo à frente o intelectual Monteiro Lobato, com sua coletânea de ensaios intitulada *Urupês*, na qual destacou o personagem Jeca Tatu. Intelectuais ligados à Semana de Arte Moderna, de 1922, como Plínio Salgado, Graça Aranha e Cassiano Ricardo, lançaram manifestos e escreveram livros. O primeiro lançou o *Manifesto Nhengaçu Verde Amarelo*,

2 Um anti-germanismo no Brasil já era presente desde a guerra franco-prussiana, com a derrota sofrida pela França. Na ocasião, alguns jornais do Império adotaram, como um assunto predileto, o "perigo alemão" que se concentrava mais evidentemente nas províncias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

de cunho integralista; o segundo, o *Manifesto antropofágico*, em defesa do nacional, e o terceiro lançou a *Marcha para o oeste*, argumentado a necessidade de organização de bandeiras que penetrassem para o interior. A temática nacionalista teve seus desdobramentos durante a Era de Vargas com as estratégias que procuravam conformar uma identidade, uma cultura brasileira. Segundo Alcir Lenharo, o discurso do poder reduziu a brasilidade a parâmetros geográficos e econômicos. Povoamento, ocupação, integração constituíam os novos movimentos da Nação em busca de sua plenitude (1986, p. 57). No discurso dos intelectuais ligados ao Estado Novo, a palavra-chave e mobilizadora de homens e de mulheres era *brasilidade*. Tal posição geraria atritos com as demais minorias étnicas residentes no país, especialmente a alemã, que habita o sul do Brasil.

É importante retomar o fato de que, no Brasil, a discussão sobre a conformação de uma identidade pelo critério racial esteve presente em diferentes contextos de nossa história. Num primeiro momento, séculos XVII e XVIII, a questão da inferioridade do brasileiro em relação aos europeus passava pelo determinismo geográfico e climático que gerava predisposições à existência de uma raça inferior. O destino dos que estavam *abaixo dos trópicos* estaria fadado à brutalidade e à impossibilidade de ascender ao mundo civilizado. A partir do século XIX, embora houvesse vozes discordantes, a geração de intelectuais da década de 1870 re-elaborou a tese do determinismo racial, defendendo a proposta do branqueamento, pela via da miscigenação. Branquear a população deveria constituir-se na política vital para a formação de uma nação civilizada. Mais para o final do século, com a descrença, nos meios científicos, na determinação biológica da raça, passou-se a fazer uso de um outro termo na caracterização da identidade, a etnia, levando as questões em torno da superioridade ou inferioridade racial a diluírem-se na perspectiva do legado cultural. Com o desenvolvimento do nacionalismo, o Estado, que antecede a Nação, dando-lhe origem, procurou sufocar a heterogeneidade cultural e a diversidade étnica, tentando conformar uma identidade genuinamente brasileira. O discurso nacionalista tornou-se o suporte do *abrasileiramento*, assentado em bases epistemológicas que fabricam imaginários capazes de mobilizar toda sorte de recursos em torno de um único sentido. Entra em cena um *racismo de Estado*, conceito forjado por Foucault para os racismos do século XX, dos estados capitalistas e também do soviético, para designar o racismo que uma sociedade exercerá sobre si mesma, contra parcelas de sua população, com a finalidade de atingir a purificação, uma das facetas da normalização (1992, p. 72).

O périplo feito pelo governador e sua comitiva, em 1929, circunscreve-se, portanto, no contexto das políticas nacionalistas, quando adentrar o interior do país significava

um primeiro olhar com o intuito de incorporar o disperso, o heterogêneo, a um projeto unificador e inibidor das diferenças culturais, não somente étnicas, como ainda as *culturas atrasadas*, que destoassem do projeto do Brasil moderno, civilizado. Na viagem, a comitiva mapeava e classificava paisagens, mas também, e especialmente, classificava pessoas e modos de vida, próprios das diferentes etnias que ocupavam aquela região, recentemente constituída em palco de conflito, na questão do Contestado.

Nacionalizar as populações descendentes de imigrantes europeus e integrá-las ao projeto civilizador que suplantasse o *atraso* e a *ignorância* dos antigos habitantes era a tarefa do governador. As indefinições e a fragilidade das fronteiras com a Argentina requeriam que o governador firmasse a brasilidade em Dionísio Cerqueira, “região que estava se desnacionalizando” (Costa, 1931, p. 37). Esta localidade, à época chamada Barracão, dependia quase totalmente da Argentina, onde as crianças freqüentavam escolas, onde eram registrados os nascimentos, casamentos e óbitos, bem como os contratos comerciais. De Buenos Aires vinham o café, a cerveja e o fósforo (Reñk, 1990, p. 56). A moeda que circulava era o peso argentino. A língua que se falava era uma mistura de português com castelhano. A população, *desnacionalizada*, parecia feita de “homens de raças diferentes, de tradições alheias e apenas ligadas por esses frágeis liames políticos que qualquer contingência desfaz e arrebenta (D’Eça, 1992, p. 108). Ao visitar uma escola, a comitiva do governador lamentava a *dolorosa* situação.

- E frequentam uma escola argentina?
- Que fazer, não temos escolas brasileiras.
- Assista usted...
- Quais os grandes vultos da história de nossa Pátria? pergunta o professor argentino.
- San Martín, Sarmiento, Rivaldavia, Mitre... - responde, em castelhano, a criança brasileira (D’Eça, 1992, p. 109).

O governador tomou providências. Nomeou um oficial da força pública e um oficial de registro civil, colocou um destacamento policial, organizou o diretório político local, marcou eleição distrital, criou escolas primárias... Já que os marcos naturais fronteiriços não sustentavam a divisão nacional, a região seria firmada pela construção de uma cultura brasileira. Na opinião do narrador da viagem, as fronteiras física, econômica e cultural ou nacional eram fluidas. “Não pode haver maior paradoxo do que a linha divisória entre Brasil e Argentina, pelo Peperi-Guaçu. Virtualmente ela não existe. Barracão e Barracón são uma só e única povoação cortada por um fiapo de água abandonado e que a língua de um cão, bebendo, revolve e turva” (D’Eça, 1992, p. 107).

O desejo de naturalizar relações diplomáticas, freqüentemente conflitantes, converte um rio em marco divisório na conformação da fronteira. No entanto, os usuários confrontam o poder simbólico deste marco que se supõe natural. A constituição de fronteiras com a Argentina e com o Paraná³ esteve sempre marcada por eventos que denotam interesses dos países e dos poderes locais. Nos séculos XVIII e XIX, a região do extremo oeste de Santa Catarina constituiu-se em foco de conflitos entre Portugal e Espanha. Vários acordos foram realizados, na disputa pela expansão do território e pela conquista de riquezas naturais, criando variados lugares que demarcavam fronteiras físicas e imaginárias.

Além disso, havia a questão de limites estaduais, que se arrastava desde antes da criação da Capitania do Paraná, em 1853, adentrando à República sem resolução.⁴ O

3 Pelo Tratado de Santo Ildefonso, 1777, os afluentes do Uruguai e pelo Tratado de Santo Ildefonso, 1777, os afluentes do Uruguai e do Iguazu foram designados pelos nomes de Pepiri-guaçu ou Pequiri e o outro com Rio Santo Antonio. Com a descoberta da foz de um outro rio, na margem direita do rio Uruguai, em território português, os espanhóis postularam revisão do acordo feito, catorze anos após a celebração do Tratado. Os espanhóis denominam de Pequiri-gazu o rio descoberto em 1788 e a outro descoberto em 1791 denominam San Antonio Guazu. Em 1801 houve a invalidação do tratado de Santo Ildefonso e com a emancipação do Vice Reinado do Rio da Prata, da Espanha, a questão de limites assume nova configuração. O governo Argentino nunca se manifestou com relação às questões de fronteiras estabelecidas anteriormente, no entanto, em 1857, o Visconde do Rio Branco postulou junto ao governo Argentino, o reconhecimento dos limites tendo como baliza os dois rios. O governo Argentino adiou sua decisão, esperando que o Império Brasileiro apoiasse, moral e materialmente, a pretensão argentina de reincorporação de Buenos Aires à Confederação. Em 1881 a Argentina declarou que considerava os rios Chopim e Chapecó como se fossem o Pepiri-guaçu e o Santo Antonio, dando aqueles os nomes destes. Em 1886 o governo imperial brasileiro promulga o tratado para reconhecimento dos rios Pepiri-guaçu ou Chapecó e Chopim ou Santo Antonio e do território que os separa e em litúgio entre as duas nações. Para preservar interesses na região foram criadas as colônias militares de Chopim e Chapecó. A Argentina reformula os termos do Tratado e pleiteia que o Rio Jangada seja considerado substituindo o Chopim, o que foi recusado pelo Ministério Ouro Preto. Em 1889 é assinado um acordo com a arbitragem do Presidente dos Estados Unidos. Com a Proclamação da República a questão ressurgiu, Brasil e Argentina realizam novo acordo, mas a câmara dos Deputados rejeita e opta pela permanência do Acordo arbitrado pelo Presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland. A decisão final deu-se em 1895 quando foi, então, mantida a pretensão brasileira que estabelecia os Rios Pepiri ou Pepiri Guaçu e Santo Antonio. Na região contestada surgiu a localidade de Pepiri Guaçu e mais tarde por sugestão do Capitão Domingos Nascimento, passou a chamar-se Dionísio Cerqueira, membro da missão brasileira que em 1891 na Câmara dos Deputados deu parecer desfavorável, que resolvia a questão pela divisão do Território (W. F. Piazza *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1982, p. 417).

4 As querelas davam-se por conta de redefinições em torno da Capitania do Rio de Janeiro e de São Paulo. Parte da capitania de Santa Catarina, principalmente o litoral pertencia ao Rio de Janeiro, principalmente nos tempos em que fora extinta a Capitania de São Paulo. Ao ser reativada esta Capitania, as

governador de Santa Catarina, Hercílio Pedro da Luz, entregou a defesa dos direitos catarinenses, ao Dr. Manoel da Silva Mafra, jurista catarinense que, escudado em farta documentação, produziu o texto *Exposição histórico-jurídica por parte do Estado de Santa Catarina sobre a questão dos limites com o Estado do Paraná*, dando início a uma verdadeira batalha jurídica. Em 1904, o Supremo Tribunal Federal dá ganho de causa a Santa Catarina. O Paraná recusa a sentença. Em 1909, o Supremo Tribunal reconhece os direitos catarinenses. Novamente o Paraná recusa, e, por último, em 1910, o Supremo Tribunal Federal, apreciando os recursos de Santa Catarina e do Paraná, dá ganho de causa a Santa Catarina. O Paraná não aceita a decisão e inicia-se um processo de beligerância na região, envolvendo não só as populações que sobreviviam da extração do mate, mas também gente graúda, proprietários, *coronéis*, exportadores de erva-mate.

Em 1929, já *pacificada* a região, implantada a colonização, procedeu o governador ao reconhecimento da área. A *bandeira de Konder*, nas palavras de Costa Ferreira, tinha por objetivo a conquista, “senão de terras, pelo menos de populações brasileiras que se estavam desnacionalizando, pelo abandono completo em que viviam, sem a mínima ligação com a nossa pátria e totalmente alheias à comunidade nacional” (Costa, 1931, p. 7). Mais uma vez, estava em curso o processo de criação da nação.

O desejo em forjar uma identidade, tema rico e controverso, é mais um fenômeno interessante a ser discutido no caso da viagem do governador. Em que se constitui a identidade? Muitas vezes, as ciências sociais envolvem uma leitura reificadora da sociedade, levando-nos a um entendimento equívoco das próprias relações sociais (cf. Ortiz, s.d., p. 67). Em boa medida, os estudos culturalistas, antropológicos ou psicológi-

dissenções aumentaram por conta dos interesses do Morgado de Mateus, que autorizou a fundação da Vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens, 1771. Isto criou a necessidade de redefinições de fronteiras com a Província do Rio Grande de São Pedro, com a Província do Rio de Janeiro e com a Província do Paraná, criada em 1853, cujo presidente reivindicara a posse de todo o planalto Meridional. O acirramento da questão deu-se quando o gabinete Ministerial, em 1865, solicitou a sanção do governo Imperial aos limites: pelo Saí-Guaçu, Serra do Mar, Rio Marombas, desde a vertente até o Rio Canoas, e por este até o Rio Uruguai. Afronta aos direitos catarinenses. Com a abertura da Estrada de Ferro, partindo da Colônia Dona Francisca, em direção ao Planalto e na direção do rio Negro, vai se movimentar o Governo do Paraná, (por quê?) estimulado pelos ervateiros e exportadores de erva-mate, visto que a aludida estrada alcançava o ponto de convergência do centro de exploração e exportação daquele produto. Pela lei número 626, de 11 de junho de 1869, o governo catarinense criava um novo município cuja sede era Nossa Senhora da Conceição de Curitibaanos, desmembrado de Lages e que era constituído pelas freguesias de São João dos Campos Novos e Nossa Senhora do Amparo do Campo de Palmas, declarando que “os limites do novo município são os limites extremos atuais da dita freguesia”.

cos têm procurado articular o indivíduo a um horizonte mais amplo. Dentro desta perspectiva, a cultura seria responsável pelo conteúdo da personalidade, a identidade pessoal se caracterizaria como decorrência de uma estrutura, de um universo, que envolveria os membros de uma comunidade. Cada cultura representaria um padrão, um todo coerente, cujo resultado se realizaria na ação dos homens. O caráter do indivíduo se manifestaria como produto da força socializadora. O que é individual torna-se coletivo. O caráter étnico de um grupo passaria a ser concebido como a cultura partilhada. Assim, a identidade se transformaria em algo concreto, tangível e, por conseguinte, passível de uma descrição precisa, política ou científica (idem, pp. 74-5).

Como considerar isso sem cair numa visão essencialista do social? Renato Ortiz sugere um retorno a Lévi-Strauss ao afirmar que “a identidade como uma espécie de lugar virtual, o qual nos é indispensável para nos referirmos e explicarmos um certo número de coisas, mas que não possui, na verdade, uma existência real” (p. 75). A idéia de virtualidade permite escapar ao impasse anterior, ao deslocar o olhar analítico da configuração do Ser, de seu caráter, para fixá-lo nos seus aspectos relacionais. Neste sentido, toma-se a identidade como uma construção simbólica que se faz em relação a um referente, uma cultura, uma nação, uma etnia, uma classe, a cor ou o gênero. A rigor, conclui Renato Ortiz, faz pouco sentido buscar a existência de uma identidade; seria mais correto pensá-la na sua interação com outras identidades, construídas segundo outros pontos de vista. Dentro dessa perspectiva, a oposição entre autenticidade e inautenticidade é uma conceituação inadequada. Por outro lado, se ela é uma construção simbólica, cabe indagar sobre os artifícios dessa construção, os artífices, os diferentes grupos que portam, os interesses que ocultam, as relações sociais que prescrevem. Cabe perceber o território em que é delimitado simbolicamente, levando em consideração a multiplicidade de atores em concorrência (pp. 87-8).

Alemães e italianos, como vimos acima, vindos da região nordeste do Rio Grande do Sul, desde os primeiros anos do século XX, estabeleceram-se naquela região oeste de Santa Catarina. Alí confrontavam-se com indígenas e com caboclos na luta pela posse e exploração de terras⁵, concomitante à afirmação cultural que figurasse diferenças desqualificadoras de uns (descendentes de índios, de africanos e outros antigos

5 Arlene Renk coloca que os imigrantes foram ocupando as melhores terras, instalando suas serrarias em regiões anteriormente explorada pelos ervateiros. Estes vão caindo na mais extrema miséria, empregados como mão-de-obra barata nas serrarias, ou ocupando terras pobres, enfrentando sérias dificuldades para a sobrevivência.

povoadores), qualificadoras de outros (dos imigrantes alemães e italianos),⁶ qualidades sempre ressaltadas na pena dos narradores da viagem do governador.

As colônias recém-implantadas, por onde passa a *bandeira*, foram apontadas como uma mostra do *futuro*. Passando por Passarinho, por Palmito e por São Carlos, o narrador fez notar que são colônias formadas por colméias humanas. Ponte Serrada é descrita como uma forte palpitação “da vitalidade e do esforço útil ao sentido de grandeza coletiva. E o regime do trabalho, florescendo num ambiente de ordem e garantias públicas” (Boiteux, 1992, p. 11). As colônias às margens do Rio Uruguai aparecem como uma gleba alimentada pela “consciência lúdica e nítida dos sentidos humanos. São futuros núcleos de colonização” (Boiteux, 1992, p. 15). O mapa da paisagem colonial faz saltar, assim, os ícones da cultura: a casa, o forno, o pomar, a lavoura e a cerca. O *vazio demográfico* é preenchido por homens de cabelo *cor de milho*, agentes do desenvolvimento da agricultura, do comércio e da indústria, no *paraíso terrestre*⁷. No desenho, a invisibilidade da população cabocla posseira, a não ser rápidos comentários sobre os índios, impossibilitados à causa da civilização, e nada ingênuos nem belos como havia retratado Alencar... A história traz essa dupla função: preencher o espaço em branco do território com o gesto de sujeitos reais, e preencher a página em branco com a *escritura* da história.

Michel de Certeau introduziu a questão da crítica historiográfica, ao demonstrar que a história, como discurso, nasce da relação com o real. “Ela tem a tarefa de articulá-los – real e discurso – e, onde este laço não é pensável, fazer como se os articulasse” (Certeau, 1982, p. 11). É instigante a interpretação que este autor faz do desenho de Van der Straet, intitulado *Explorador Américo Vespúcio diante da índia América*. “Cena inaugural. Após um momento de espanto neste limiar marcado por uma colunata de árvores, o conquistador irá escrever o corpo do outro e nele traçar a sua própria história” (Certeau, 1982, p. 9). É neste sentido que se concebe o discurso histórico como uma cerimônia escrita que deve produzir, na realidade, um efeito de poder. A exemplo dos rituais, das consagrações, dos funerais, das cerimônias, das narrações

6 A mesma autora, Arlene Renk, ainda aborda a questão da formação das identidades culturais, mostrando como os “italianos” proclamam-se portadores e praticantes dos índices de civilidade: o catolicismo oficial e o *ethos* do trabalho, enquanto definem o catolicismo caboclo e o modo de vida extrativista dos ervateiros como o avesso da civilização.

7 Aos olhos de Saint Hilaire (em 1820), os campos paranaenses eram tidos como um paraíso terrestre para a implantação de colônias de origem européias (apud Renk, 1990, p. 32).

lendárias, coloca-se a história como uma operadora, uma intensificadora, do poder (Cf. Foucault, 1992, p. 74). E mais. Configura uma realidade desejada pela criação de imagens que mobilizam práticas.

A viagem do governador apresentava uma tensão que vinha do paradoxo que acompanhamos até aqui: povoar a região com habitantes de origem européia para implantar a civilização, cuja população *nativa* estaria fadada à impossibilidade de fazê-lo, e, por outro lado, construir uma identidade brasileira. Este paradoxo, não resolvido pelo gesto do governador, passou para a historiografia, na procura de uma identidade catarinense, para dar aos brasileiros a sua parcela de brasilidade.

Em outubro de 1980, lançou-se o projeto *Identidade Catarinense*, com o “objetivo de vender para o resto do país a marca registrada de Santa Catarina”.⁸ O governador do estado, Esperidião Amim, na *Carta aos Catarinenses*, anunciava a estratégia: buscar as raízes do estado no oeste Catarinense. Observava, o governador, que a “riqueza cultural (do Estado) é tão vasta que impediu ao longo do tempo a formação de um *tipo* do qual se possa dizer: este é o *homem catarinense* (Amim, 1985, p. 124). O governo buscava pessoalmente *resgatar a memória* da guerra do Contestado. No Projeto *A vez dos pequenos*, ressuscitou o *homem do Contestado*: “o jagunço, o fanático, enfim, é o homem que deu a sua vida para conseguir um pouco daquilo que nós temos de justiça social” (apud Auras, 1998, 17), para alçá-lo a protótipo do *homem catarinense*. O que outrora deveria ser excluído, física e culturalmente, do processo civilizador e identitário do estado, ficando na invisibilidade, ou na sombra, para mostrar uma região que se apresentasse como um deserto pela aridez cultural, agora deveria ser incluído, para preencher o estado de história e alimentar o discurso político partidário do governador.

Na década de 1980, em Santa Catarina, um corpo de intelectuais, ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, com atuação também na Universidade e nos meios governamentais, investe no estudo da problemática daquilo que denominou como peculiar, pelo menos em potencial, da identidade catarinense. É o Instituto Histórico e Geográfico o lugar institucional, onde se forjam estes discursos sobre a identidade catarinense, os quais passam para a publicidade através da imprensa, da realização de eventos, nas Universidades, nos livros, nos livros didáticos, nas teses e dissertações.

8 Pronunciamento do deputado representante de Blumenau, Jair Girardi, do PMDB, na Assembléia Legislativa. *Diário da Assembléia Legislativa*. 04.10.83. N. 2673. p. 6.

Uma das estratégias foi a escrita de uma história que traçasse o *catarinensismo*, “a aceitação do vínculo comunitário” (Peluso Júnior, 1984, p. 259). Segundo este autor, para se alcançar a “identidade dos catarinenses”, seria necessário um trabalho de *catarinização*: “processos de atração, para o seio da comunidade, da parte do povo que se encontre dele afastado” (p. 259). Peluso Júnior acreditava na possibilidade da identificação de traços culturais permanentes, esquecendo a dinamicidade da cultura como modo de vida. Ao definir como identidade catarinense os “traços culturais próprios que diferenciam Santa Catarina dos demais Estados da Federação”, o autor circula por dentro daqueles discursos e práticas que criaram a ideologia do gauchismo, no Rio Grande do Sul e do paranaismo, no Paraná. A intenção deste geógrafo-historiador catarinense era a de fazer frente à difusão de hábitos culturais inventados naqueles estados, os quais se disseminavam, adentrando Santa Catarina. Peluso, então, cria conceitos, faz representações que induzem a estratégias e táticas: *catarinensismo* como aceitação dos vínculos comunitários e *catarinização* ao processo de incorporação do diferente. Estava em curso lutas por invenções culturais, constituição e diluição de fronteiras. Aliadas às políticas governamentais, a estratégia era sufocar diferenças.

A exemplo de alguns intelectuais brasileiros das décadas de 1930 e de 1940, Peluso Júnior debruça-se na possibilidade de encontrar hábitos culturais comuns na população do estado, marcado pela heterogeneidade étnica e cultural. Herdeiro de Oliveira Viana, no que se refere à defesa do estado como guardião e demiurgo, vê o problema da identidade catarinense como de ordem política. É preciso, segundo este autor, “que o Estado federado esteja atento à distribuição de obras e atividades para o atendimento do povo”. Todo seu discurso está marcado pela noção de que o estado deve estar presente nas regiões mais distantes do território catarinense, principalmente naquelas que fazem divisas com os estados vizinhos: Paraná e Rio Grande do Sul.

Ademais, nestes anos de 1980, as preocupações de Peluso com o caboclo do Contestado circulam ou se imbricam à emergência dos movimentos de luta pela terra, do MST (Movimento dos Sem Terra). O abandono do estado, no entender do autor, aumentaria as possibilidades de agravamento de conflitos. Isto remete o leitor de 1984, ano da publicação do artigo de Peluso Júnior, para questões recorrentes na *Bandeira de 29*: debelar resquícios do Contestado. Uma política de caráter assistencialista indicaria para o estado a necessidade de canalização de recursos e de políticas educacionais que criassem vínculos com as regiões distantes, conformando uma identidade aglutinadora e homogeneizadora.

Na argumentação desta noção, Peluso mapeia a história de cada processo de povoamento do estado, ou pelo menos de vários deles, e sua inserção no domínio político. Os açorianos, na Colônia tinham sofrido o recrutamento para guerras do Prata e o confisco dos bens alimentares. No Império, ficaram vicentistas e açorianos esquecidos. Na República, o esquecimento continuou. Os paulistas no Planalto, incorporados à Capitania de Santa Catarina, em 1820, vinham, desde o Império, sofrendo o isolamento em que viviam. O mais grave resultado de todas estas omissões do estado teria sido, portanto, a Guerra dos Fanáticos, ou Guerra do Contestado.

Não importa que a maior área em que se deflagrou a luta tenha sido o território contestado por Santa Catarina e Paraná, pois o início dessa revolta deu-se em região sob a jurisdição do Estado de Santa Catarina, onde um fazendeiro acolheu os caboclos e outro fazendeiro os denunciou às autoridades (Peluso Júnio, 1984, p. 260).

A marginalidade social de peões e agregados das fazendas, os problemas sociais, ignorados antes e depois da tragédia do Contestado pelo governo estadual, teriam sido a causa profunda da Guerra dos Fanáticos.

Quando, no governo de Pedro Ivo Campos/Casildo Maldaner, 1986/1990, dentro de uma política de “uso racional das ricas potencialidades turísticas do Estado para melhor vender sua imagem dentro e fora do país”, criou-se o *slogan Santa & Bela Catarina, o Estado de Festa*. O maior atrativo que o estado tinha para vender “era sua diversidade cultural, histórica, topográfica, climática e vegetal”. Finalmente, o estado de Santa Catarina *resolveu* seu paradoxo. Ironicamente, o que sempre foi um entrave para a configuração da identidade catarinense hoje é o referente fundante. O que era dispersão virou unidade. A multiplicidade étnica e cultural, a diversidade de idiomas, topográfica, as serras e o mar, a mata atlântica e a araucária, tudo o que constituiu uma questão insolúvel de políticos e de intelectuais, que se batiam para enquadrar essa dispersão de modo que desenhasse uma identidade catarinense, hoje constitui o referencial do *Estado Turístico*. O mapa de Santa Catarina ganhou mais uma representação espacial: uma legenda com seus ícones culturais indicam os roteiros turísticos: o circuito litorâneo, o circuito rural, das neves, das festas, das águas, das compras, os circuitos culturais, germânico, italiano, austríaco e polonês.

Não obstante, entrecruzam-se, neste processo motivações de cunhos raciais, na medida em que operam com uma re-etnização, configurando cada local cultural na diferença com o “outro”, com amálgamas internos, homogeneizando pluralidades culturais na criação de imagens étnicas, colocando na invisibilidade, ou na sombra, ou fora

do quadro fotogênico da cidade turística, tudo o que destoaria no mapa a identidade daquele pedaço geográfico.

Bibliografia

- Anderson, B. *Nação e consciência nacional*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo, Ática, 1989.
- Athanázio, E. Prefácio à edição de *Aos espanhóis confinantes*, de 1992 (1ª ed. 1929).
- Auras, Marli. *Poder oligárquico catarinense: da guerra dos fanáticos do Contestado à opção pelos pequenos*. Tese de Doutorado em Educação. São Paulo, PUC-SP, 1991.
- Boiteux, J. A. *Oeste Catarinense: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira*. Florianópolis, Alberto Entres, 1931 (Conferência realizada no Centro Catharinense e na Sociedade de Geographia (Rio de Janeiro) e no Clube XII de Agosto (Florianópolis), 1929.
- Bourdieu, P. *A economia das trocas lingüísticas. O que falar quer dizer*. Trad. Sérgio Miceli e outros. São Paulo, Edusp, 1996.
- _____. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa, Difel, 1989.
- Certeau, M. de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.
- Costa, A. F. *Oeste catarinense: visões e sugestões de um excursionista*. Rio de Janeiro, Vilas Boas e Cia., 1931.
- D'Éça, O. G. *Aos espanhóis confinantes*. Florianópolis, FCC/EDUFSC, 1992. Edição comemorativa ao nascimento do escritor (1º ed. 1929).
- Foucault, M. *Genealogia del racismo*. Madrid, Las Ediciones de La Piqueta, 1992.
- Frotscher, M. *Etnicidade e trabalho alemão*. Outros usos e outros produtos do labor humano. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis, UFSC, 1998.
- Herschmann, Micael M. e Pereira, Carlos Alberto M. *A Invenção do Brasil Moderno*. Medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30. Rio de Janeiro, Roco, 1994.
- Holanda, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1978.
- Lenharo, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas, Papyrus/Editora da Unicamp, 1986.
- Lesser, Jeffrey. Imigração e mutações conceituais da identidade nacional no Brasil durante a Era Vargas. *Revista Brasileira de História*, n. 28. São Paulo, ANPUH, 1994.

- Martinez-Echazábal, Lourdes. "O Culturalismo dos Anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamentos retóricos ou mudança conceitual?". In: Maio, Marcos et al. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1996.
- Ortiz, Renato. *Um outro território. Ensaio sobre a mundialização*. São Paulo, Olho d'Água, s. d.
- Peixoto, Demerval. *Raízes da Rebeldia*. Curitiba, Farol do Saber, 1995.
- Piazza, W. F. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis, EdUSFC, 1982.
- Prado, P. *Raízes do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1962.
- Renk, A. A. *A luta pela erva: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.
- Revel, J. *A invenção da sociedade*. Trad. Vanda Anastácio. Lisboa, Difel, 1989.
- Schwartz, L. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- _____ e Queiroz, R. da S. *Raça e diversidade*. São Paulo, Edusp, 1996.
- Viana, O. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1952.